



Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços
Superintendência da Zona Franca de Manaus
Comissão Especial de Leilão - Portaria nº 1601/2025

RECURSO ADMINISTRATIVO

Processo nº 52710.000502/2023-22

Interessado: Coordenação de Análise e Acompanhamento de Projetos de Engenharia e Arquitetura

Processo Administrativo nº 52710.000502/2023-22

Leilão Presencial nº 01/2025 – Edital nº 01/2025

Interessado: Reche Galdeano & CIA LTDA

Objeto: Concessão de Direito Real de Uso (CDRU) de imóveis da SUFRAMA

1 - RELATÓRIO

Trata-se de recurso administrativo interposto por Reche Galdeano & Cia Ltda., na qual solicita a reformulação da decisão da Comissão Especial de Licitação quanto ao Item 09 (LOTE 3.81/1), retornando a fase do certame, alegando descumprimento pelas Empresas Recorridas das normas editalícias e consequentemente suas desclassificações. E, solicita também em seu recurso, que todas as Empresas Licitantes possam participar da fase de lance, pedindo a nulidade da cláusula que fixou a participação de três licitantes à fase de lances verbais.

Diante disso, após os devidos esclarecimentos e assegurado o prazo legal para apresentação de recurso, a interessada manifestou tempestivamente sua intenção, registrado em ATA ([2273795](#)) do dia 02 de junho, expondo as razões já acostadas aos autos.

2 - DA TEMPESTIVIDADE

O recurso foi apresentado dentro do prazo de 3 (três) dias úteis conforme previsto no edital, portanto é tempestivo.

3 - DOS MÉRITOS

A Recorrente inicia seu recurso contestando o critério de classificação para lances verbais – Argumenta-se que a regra que limita a fase de lances verbais apenas aos três maiores lances iniciais, ou aos que ofertaram valores dentro de 15% do maior lance inicial, reduz a competitividade do certame e contraria os princípios da nova Lei de Licitações (Lei nº 14.133/2021), *subitem 3.1 do recurso*.

Num outro ponto destacado, a recorrente faz apontamentos da forma de apresentação das propostas, *subitem 3.2 do recurso*.

3.1. Das empresas recorridas

Sena Transportes e Comércio Ltda – Questionada por apresentar envelope sem rubrica no fecho, *alínea a do subitem 3.3 do recurso*, formato de proposta divergente e ausência de informações

essenciais sobre o lote e o consequente descumprimento dos critérios da Resolução CAS nº 102/2021, *alínea b do subitem 3.3 do recurso*.

GSP do Brasil Ltda – Alegado ausência de informações essenciais e o descumprimento dos critérios da Resolução CAS nº 102/2021, especialmente quanto à área construída mínima exigida, *subitem 3.4 do recurso*.

Mamede Log Armazém e Transporte Ltda – Também contestada por inconsistências na variação da área e estimativa de construção, supostamente não atendendo ao percentual mínimo definidos pela Resolução CAS nº 102/2021, *subitem 3.5 do recurso*.

3.2. Do pedido

Por fim, a recorrente pede as desclassificações das concorrentes e que seja retornada reformulação da fase de lances verbais com todas as empresas inicialmente habilitadas possam participar da etapa de lances, contestando a regra limitadora.

4. DAS CONTRARRAZÕES DAS RECORRIDAS

Não houve apresentações de Contrarrazões pelas recorridas.

Registro que a publicação foi realizada mediante Notificação 16 ([2279191](#)), de Despacho ([2279371](#)) e de Extrato de Publicação (2279546), no dia 06/06/25 com prazo de 3 (três) dias úteis para resposta.

5 - DA ANÁLISE

Feito as análise dos argumentos expendidos do recurso interposto pela Recorrente e dos elementos constantes, podemos destacar alguns pontos:

5.1. Da Regularidade do Edital e do Certame (*subitem 3.1 do recurso*)

O Edital do **Leilão Presencial 01/2025** foi elaborado em estrita conformidade com a **Lei nº 14.133/2021**, que rege as licitações e contratos administrativos no Brasil. O item questionado pelo recorrente, que estabelece a limitação da fase de lances verbais apenas às três maiores propostas iniciais e aos concorrentes cuja oferta inicial estivesse dentro de **15% do maior valor**, não viola qualquer princípio licitatório. Tal critério objetiva garantir maior dinamismo e eficácia na etapa decisiva do certame, preservando o interesse público na maximização da receita obtida.

Além disso, tal regra não impede a participação de proponentes que apresentaram ofertas inferiores na fase inicial, apenas delimita quais têm direito a concorrer na fase de lances verbais. Isso não compromete o princípio da competitividade, mas apenas evita prolongamento indevido da disputa, garantindo maior eficiência na gestão dos recursos públicos.

5.2. Do modelo da proposta (*subitem 3.2 do recurso*)

Num outro ponto levantado pela recorrente seria ao descumprimento das propostas apresentadas pelas recorridas, isto é, da incompatibilidade com modelo de proposta disponibilizado com o anexo do Edital, como consequência não trazendo consigo informações e requisitos suficientes constantes da Resolução CAS nº 102/2021.

A Comissão entende que o modelo de proposta disponibilizado tem função orientadora e de padronização das informações de comparação entre os licitantes, cuja a principal objetivo é facilitar a análise dos elementos essenciais, e que a ausência da perfeita adequação formal da proposta aos moldes previstos, por si só, não autoriza a desclassificação da licitante, em conformidade com a lei nº 14.133/2021, especialmente em seu artigo 12, inciso III.

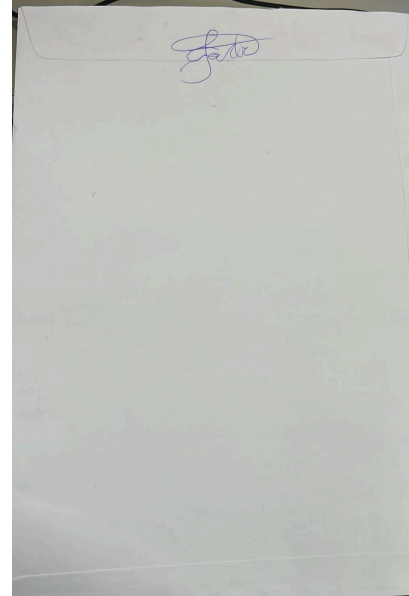
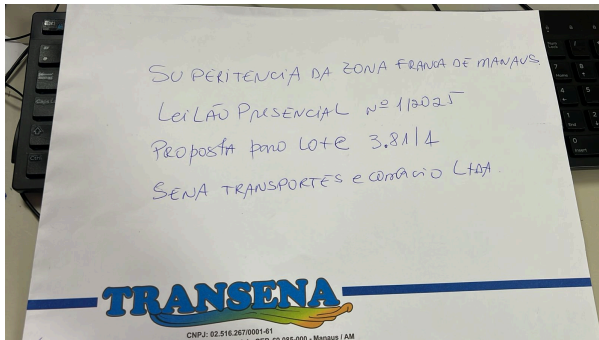
Nesse mesmo sentido, o Tribunal de Contas da União, por meio de diversos acórdãos, tem reiteradamente orientado que divergências formais – que não afetem a integridade e a clareza das informações essenciais não podem ensejar a desclassificação automática do licitante, sob pena de restringir a ampla competitividade do certame.

5.3. Das empresas recorridas

5.3.1 - Sena Transporte (subitem 3.3 do recurso e suas alíneas)

Considerando o recurso administrativo interposto pelos Recorrentes, no qual se sustenta que a proposta apresentada pela empresa Sena Transportes e Comércio LTDA seria irregular em razão da suposta ausência de rubrica no fecho do envelope ofertado, passa-se à análise do ponto controvertido.

Após detida verificação dos autos, bem como dos documentos constantes dos envelopes apresentados pelas licitantes, constatou-se que o envelope da proposta da referida empresa ostenta rubrica no fecho exigido pelo Edital, conforme figura abaixo:



TRANSENA

C.N.P.J.: 02.516.267/0001-61
END.: AV. AUTAZ MIRIM, 1929 - DISTRITO INDUSTRIAL CEP: 69.007-000
FONE: 92-3682-1385 92 993220246

Manaus, 06 de Maio de 2025.

Sena Transporte e Comercio Ltda - 02.516.267/0001-61

Ref.: Participação Leilão

Prezado Senhor, segue Minuta de Proposta

Nome da empresa: Sena transporte e Comercio Ltda.
Identificação do lote: Av. Solimões- Mauazinho.
Lote :3.81/1
Área de 17.846,55
Valor do m2=31,00
Valor global=17.846,55x31=553243,05
Coordenada: UTM 172.704,9138 E. 9.655.435,8587 S.
SIRGAS2000.

Aproveitamos a oportunidade para agradecer a V.Sas., pela atenção.

for: Sena da Costa
Menciosamente,

É fato, que o cumprimento da formalidade de rubrica no fecho do envelope tem como finalidade garantir a integridade e autenticidade da proposta, instrumento fundamental para a transparência e segurança do certame licitatório. Dessa forma, a alegação de descumprimento da norma editalícia não se sustenta, uma vez que a figura (foto) do envelope contido no recurso interposto não mostra a parte contestada, o fecho, e com a documentação comprobatória demonstrando a perfeita regularidade do procedimento adotado pela Sena Transportes e Comércio LTDA.

5.3.2 - GSP do Brasil Ltda (subitem 3.4 do recurso):

A presente Comissão Especial de Licitação - CEL, destaca o que versa o subitem 6.1.2. do Edital, a criação da Comissão Permanente de Apoio - CPA, de PORTARIA SUFRAMA nº 1821 ([2194345](#)), de 21 de fevereiro de 2025, atividade disciplinada no art. 4º, na qual são atribuídas as verificações quanto as informações e requisitos estabelecidos pela Resolução CAS nº 102/2021 para Concessão de Direito Real de Uso (CDRU).

Logo, caberá a Comissão Permanente de Apoio - CPA tal análise.

5.3.3 - Mamede Log Armazém e Transporte Ltda (subitem 3.5 do recurso):

A presente Comissão Especial de Licitação - CEL, destaca o que versa o subitem 6.1.2. do Edital, a criação da Comissão Permanente de Apoio - CPA, de PORTARIA SUFRAMA nº 1821 ([2194345](#)), de 21 de fevereiro de 2025, atividade disciplinada no art. 4º, na qual são atribuídas as verificações quanto as informações e requisitos estabelecidos pela Resolução CAS nº 102/2021 para Concessão de Direito Real de Uso (CDRU).

Logo, caberá a Comissão Permanente de Apoio - CPA tal análise.

5.4. Das Considerações finais

O certame foi conduzido de acordo com regras previamente estabelecidas no edital, e não há fundamento legal que permita sua anulação apenas por discordância do recorrente em relação ao critério adotado, e tampouco o retorno do item a fase de lances, consoante ao pedido. Assim, inexistente fundamento para a reforma da decisão.

6. DA DECISÃO DA COMISSÃO

Diante do exposto, esta Comissão Especial de Licitação decide, por unanimidade, CONHECER do recurso administrativo interposto pela empresa Reche Galdeano & Cia LTDA, por preencher os requisitos formais de admissibilidade, mas no mérito, DECIDE pela manutenção da decisão anterior, com a classificação das propostas das licitantes recorridas no Item 09 (LOTE 3.81/1) do Leilão nº 01/2025.

Comissão Especial de Licitação – CEL/SUFRAMA



Documento assinado eletronicamente por **David Cardoso dos Santos, Membro**, em 17/06/2025, às 15:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **José Nilson Ribeiro dos Santos Júnior, Membro**, em 17/06/2025, às 15:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Vanda Cilene Rodrigues de Moura, Presidente**, em 17/06/2025, às 16:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida na http://www.sei.suframa.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2284575** e o código CRC **A5F65215**.